

Deterioração dos termos de troca e industrialização protegida: o pioneirismo de Simonsen neste debate no Brasil

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹
Vanessa Follmann Jurgenfeld²

RESUMO: Importantes interpretações sobre a América Latina – a deterioração dos termos de troca no comércio internacional e a defesa da industrialização periférica, por meio do planejamento como meio de saída do subdesenvolvimento – costumam ser atribuídas como originárias da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e, mais precisamente, a Raúl Prebisch. A discussão feita por Roberto Simonsen no Brasil ainda é frequentemente ignorada. Simonsen escreveu sobre esses temas entre a década de 1920 e 1948. Neste período, seus textos sobre o Brasil trouxeram uma discussão similar a que traria a Cepal a partir de 1948, ano de sua criação. Para entender a importância de Simonsen neste debate no Brasil, o artigo busca fazer uma comparação entre as ideias de Simonsen e a produção inicial da Cepal, especialmente o texto de 1949, assinado pelo Prebisch, e o compêndio de 1951, sobre a economia latino-americana, que é produzido por toda a equipe da Cepal.

Palavras-chave: Simonsen; Cepal; deterioração dos termos de troca; industrialização; protecionismo

ABSTRACT: Important interpretations of Latin America - the deterioration of the terms of trade in international trade and the defense of peripheral industrialization through protectionism as a means of escaping underdevelopment - are usually attributed to the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and, more precisely, Raúl Prebisch. The discussion that was made by Roberto Simonsen in Brazil is still often ignored. Simonsen wrote about these topics between 1920 and 1948. During this period, his texts on Brazil brought a similar discussion that would bring Cepal from 1948, the year of its creation. In order to understand the importance of Simonsen in this debate in Brazil, the article seeks to compare Simonsen's production on these themes and the original production of ECLAC, notably the text of 1949, signed by Prebisch, and the 1951 compendium on the Latin economy which is produced by the entire ECLAC team.

Keywords: Simonsen; Eclac; deterioration of commodity terms of trade; industrialization; protectionism

SESSÃO ORDINÁRIA

ÁREA 1 – METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e coordenador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVJM).

² Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFVJM, doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e pesquisadora do GEDEB/UFVJM.

Introdução

Embasa esta pesquisa uma inquietação sobre se Roberto Simonsen, economista autodidata e industrialista brasileiro, poderia ser entendido como um precursor de alguns debates no Brasil que costumam ser creditados apenas à Cepal e ao economista argentino Raúl Prebisch. Referimo-nos à defesa da industrialização nacional; ao planejamento estatal, que incluiria proteção ao setor industrial para o desenvolvimento de países atrasados como o Brasil e à tendência à deterioração dos termos de troca no comércio internacional de modo desfavorável a países produtores e exportadores de bens primários.

Simonsen preocupou-se em estudar o Brasil com escritos importantes entre os anos de 1920 e 1948, ano de sua morte. Sua interpretação baseava-se na análise da história econômica do país³, sendo para ele fundamental “o estudo profundo de nossa evolução, no intuito de alcançar as soluções mais consentâneas com as nossas realidades” (SIMONSEN, 1943, p. 16). Suas pesquisas resultaram em 1937 no livro “História Econômica do Brasil”. A importância desta publicação é evidenciada com a seguinte afirmação de Celso Furtado: “Sem a obra de Roberto Simonsen eu nunca teria escrito Formação econômica do Brasil. É interessante lembrar que Simonsen reuniu um material riquíssimo sobre o período colonial brasileiro [...]. Quem quiser pensar o Brasil dessa época deve partir dele” (FURTADO apud VIEIRA, 2004, p. 24).

Prebisch, por sua vez, iniciou seus escritos direcionados ao estudo da economia argentina. Estes também ocorreram entre a década de 1920 e o início dos anos 1940 – antes da criação da Cepal, em 1948. Certamente parte desses artigos⁴ influenciou aquilo que mais tarde estaria nas teses originárias da Cepal. A sua mais importante publicação, sistematizando o seu pensamento crítico, porém só ocorreu em 1949. Tratou-se do artigo “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, assinado por ele ainda enquanto consultor da Cepal e apresentado em 1949 na Conferência de Havana⁵, ficando esta obra também conhecida como o “Manifesto da Cepal”⁶. Em 1951, destaca-se a edição do “Estudo Econômico da América Latina -

³ Simonsen ajudou a fundar a Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, na qual era responsável pela disciplina história econômica do Brasil.

⁴ Durante os anos iniciais da sua carreira, Prebisch adotou a interpretação ortodoxa da economia, o que não entendemos ter sido a base da Cepal. Por isso, só é possível dizer que parte do que Prebisch escrevera antes de entrar na Cepal foi então aproveitado na Comissão. Ou seja, somente a sua fase mais crítica deve ser considerada. Sobre a mudança de seu pensamento, ver: Dosman (2011) e Prebisch (1987).

⁵ A Conferência de Havana foi o primeiro teste internacional da Cepal, dada a descrença com que a Comissão foi criada e os questionamentos do próprio governo norte-americano sobre sua necessidade diante da existência de outro organismo internacional na América Latina, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Os Estados Unidos tentaram encerrar os trabalhos da Cepal poucos anos após a sua criação. Sobre essa polêmica atuação dos Estados Unidos, ver: Furtado (1991).

⁶ Ver: Hirschman (1967).

1949”, realizado por toda a equipe técnica da Cepal, quando Prebisch já havia assumido como seu principal dirigente.

Este artigo busca uma comparação entre os argumentos de Simonsen sobre os temas já referidos e os de Prebisch/Cepal⁷. Coincidentemente, o ano da morte de Simonsen foi o mesmo em que a Cepal foi criada. Um dos poucos autores que reconheceram o legado de Simonsen e sua influência sobre o pensamento latino-americano foi Bielschowsky (2000, p. 78), que entendeu que a Cepal teria dado continuidade ao trabalho de Simonsen⁸. “Essa coincidência histórica teve sua importância na evolução do desenvolvimento da CEPAL: a CEPAL, organismo que ostentava a credibilidade da ONU, tornou-se o principal órgão a dar seqüência imediata ao trabalho de legitimação que Simonsen vinha realizando através da Fiesp e da CNI”⁹.

Bielschowsky chegou a destacar Simonsen como um “pioneiro do desenvolvimentismo”. Esta indicação foi importante, contudo, este autor não aprofundou as comparações entre a análise de Simonsen para o Brasil e a de Prebisch/Cepal para a América Latina sobre os temas propostos neste artigo: deterioração dos termos de troca, industrialização e protecionismo ao setor industrial por meio do planejamento estatal.

Para dar conta do seu objetivo, o artigo tratará primeiramente da defesa do setor industrial, abordando a importância do Estado em Simonsen para o avanço da industrialização no Brasil e como foram abordados esses mesmos temas nas teses iniciais de Prebisch/Cepal sobre América Latina; e em seguida debaterá a deterioração dos termos de troca nessas duas concepções. Por fim, fará algumas considerações sobre essas interpretações.

1. A defesa do setor industrial

1.1. A interpretação de Simonsen

O resgate de Simonsen para este debate percorre desde os anos 1928 até 1948. Ainda na década de 1920, a argumentação de Simonsen tratava a indústria como “fator de riqueza”, como

⁷ Em razão de a interpretação de Prebisch e da Cepal se misturarem desde o início da Comissão até 1963, quando Prebisch deixou a Cepal para trabalhar na Unctad, optou-se neste artigo por usar a denominação Prebisch/Cepal.

⁸ Simonsen não foi citado por Dosman (2011) como uma influência para Prebisch. Simonsen foi ignorado também, por exemplo, no importante artigo de Love (1996), em que ele fez uma radiografia do pensamento entre 1920 e 1940 que poderia ter influenciado Prebisch na questão do desenvolvimento desigual. Love citou, entre outros, Sombart, Cassel, Manoilescu, Perroux, Kindleberger e Singer, mas em nenhum momento referiu-se a Simonsen.

⁹ Para Bielschowsky (2000, p. 78), contudo, a Cepal teria representado um avanço em relação a Simonsen porque “forneceu um poderoso instrumental analítico antiliberal, que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas da área privada e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público”.

fundamental para a melhoria dos salários e do consumo. Ele basicamente a entendia como agente de um processo civilizatório. Em suas palavras,

a grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. Traz ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, dos meios de transportes e a marcha vitoriosa da civilização. O Parque Industrial brasileiro só pode portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil¹⁰ ([1928] 1973, p. 57-58).

A indústria brasileira deveria se desenvolver em paralelo ao crescimento da agricultura. Os Estados Unidos, para ele, poderiam ser usados como parâmetro para o Brasil, porque eram o exemplo de país que teve o entendimento da necessidade da agricultura se desenvolver próxima à indústria. Para garantir as atividades industriais em pleno funcionamento, primeiramente os norte-americanos preocuparam-se em expandir o seu mercado interno, amparando-o por meio de medidas protecionistas e pela elevação da renda nacional.

No Brasil, na avaliação de Simonsen, não havia essa percepção da “harmonia” que deveria ocorrer entre as duas atividades e nem sobre a proteção necessária ao desenvolvimento industrial, principalmente por meio da garantia do mercado interno para o consumo da produção industrial local. Simonsen julgava imprescindível que o país realizasse uma política protecionista, que, ao favorecer o desenvolvimento industrial, traria consigo o aumento da renda. Ampliar a renda nacional, por sua vez, funcionaria como uma condição para o próprio desenvolvimento industrial futuro do Brasil.

Ainda durante a década de 1920, Simonsen criticou a defesa da agricultura em detrimento da atividade industrial no Brasil. Para ele, era falha a argumentação de que deveriam ser respeitadas as “vantagens naturais”, como chegaria a defender Eugênio Gudin¹¹, pois isso condenaria o país a

¹⁰ Cumpre ressaltar que essa análise de Simonsen vinculava a industrialização como praticamente um sinônimo de desenvolvimento. Tratava-se de uma argumentação bastante entusiasta do processo industrial brasileiro a partir de experiências em outros países. Simonsen referia-se a esse papel da indústria quase como um prognóstico, pois dela tratava anteriormente aos anos 1930, período em que o processo brasileiro de industrialização avançou mais detidamente, e, apesar de trazer avanços, teve uma série de contradições, colocando, inclusive, em xeque uma “marcha vitoriosa da civilização”, como ele pressupunha.

¹¹ Ao contrário de Simonsen, Gudin era defensor da teoria das vantagens comparativas ricardianas e entendia que o Brasil deveria focar-se em produção agrícola e não no setor industrial. Simonsen e Gudin, sustentando argumentações opostas, travaram grandes debates sobre as maneiras de o Brasil alcançar um desenvolvimento econômico, suas divergências ficaram evidentes no I Congresso Brasileiro de Economia em 1943 e posteriormente na Controvérsia do Planejamento Econômico, quando, no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Simonsen ficaria responsável por fazer uma proposta sobre a política econômica que o Brasil deveria seguir no pós-Segunda Guerra. Seu relatório foi encaminhado para o parecer de Gudin, redundando em réplica por parte de Simonsen e em uma tréplica de Gudin. Ver: Rodrigues (2005; 2018).

voltar à situação de “colônia”. No Brasil, os que combatiam o desenvolvimento industrial em prol de que o país focasse em uma suposta vocação agrícola o faziam, segundo ele, em geral, a partir de cinco acusações:

- a) que a indústria brasileira é em grande parte artificial, pois importa grande porção de matéria-prima do estrangeiro;
- b) que não contribui para o enriquecimento do Brasil;
- c) que, vivendo sob tarifas protecionistas produz caro, encarecendo sobretudo a vida da população;
- d) que, atraindo braços à cidade, perturba a mão-de-obra do trabalho agrícola;
- e) que constitui um monopólio em favor de meia dúzia de brasileiros, em detrimento de milhões de habitantes (SIMONSEN, [1928] 1973, p. 56).

Tais argumentos eram rebatidos por Simonsen ([1928] 1973) da seguinte forma: levando-se em consideração que uma indústria é tida como artificial ou não, de acordo com a porcentagem de matéria-prima importada na sua produção, os dados estatísticos demonstravam que no Brasil a participação dessas matérias-primas no processo produtivo era muito inferior à da Inglaterra¹², e naquele país jamais se ousou falar na existência de indústria artificial.

Quanto à acusação do abuso do regime protecionista no Brasil, Simonsen argumentou que se a tarifa protecionista era alta, isso se devia às necessidades do fisco e não propriamente a uma política de proteção à indústria. Tanto isso era verdade que as tarifas incidiam indiscriminadamente, encarecendo vários produtos de importação, inclusive os que seriam necessários à própria indústria. Tratava-se de uma política contrária a que defendia Simonsen. Para ele, “uma política protecionista organizada para o desenvolvimento das indústrias desonera as matérias-primas, pouco grava os produtos semi-industrializados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente sobre os produtos manufaturados” (SIMONSEN, [1928] 1973, p.58).

Simonsen ([1928] 1973) também não concordava que o custo de vida no Brasil estivesse se elevando devido ao regime alfandegário, uma vez que, para ele, o Brasil foi um dos raros casos de países pouco afetados pelo encarecimento do custo de vida no pós-Primeira Guerra Mundial, não tendo este ultrapassado 6%. Dado que “no consumo médio por cabeça no Brasil, os produtos industriais representam 30% dos valores consumidos [...], de modo que admitindo um encarecimento médio de 20% sobre a generalidade dos produtos industriais, nunca onerariam em mais de 6% o custo médio de vida” (SIMONSEN, [1928] 1973, p. 59).

¹² “Enquanto as indústrias do Brasil importam menos de 20% do valor de sua produção em matérias-primas, a Inglaterra importa 65% [...]. O industrialismo na Inglaterra teve o seu grande desenvolvimento com o monopólio que soube criar de abastecimento industrial às suas colônias. A riqueza da Inglaterra, o seu poder político, o seu prestígio mundial, estão intimamente ligados às suas indústrias [...]” (SIMONSEN, [1928] 1973, p. 57).

Contrariamente aos que acusavam a indústria de retirar os trabalhadores do campo, contribuindo para o processo inflacionário, como argumentava Gudin, Simonsen concluía que a distribuição da mão de obra, nas diferentes atividades, mostrava que se havia escassez de trabalhadores na agricultura essa deficiência não se devia à indústria. Utilizando dados estatísticos do censo de 1920, ele destacou que “na indústria em geral se encontravam apenas 3,8%, e na indústria fabril pouco mais de 1% [de trabalhadores brasileiros]” (SIMONSEN, [1928] 1973, p. 59).

Nos seus escritos da década de 1930 e ao estudar a história econômica de outros países, Simonsen (1935) explicitava que as nações já industrializadas conquistaram seu desenvolvimento à custa do protecionismo. Diante disso, entendia que era inconcebível que o Brasil abrisse mão do protecionismo. Na história da industrialização dos países desenvolvidos houve uma série de políticas restritivas, como na França e na Inglaterra, além dos Estados Unidos.

Sobre a França, Simonsen (1935) entendia que a sua política comercial ao longo dos séculos XIX e XX foi protecionista, sendo liberal apenas em determinados momentos, uma vez que rapidamente via a necessidade de voltar a adotar uma política aduaneira protecionista. A França fora protecionista até 1860. Adotou por alguns poucos anos o liberalismo e já em 1881 instituíra novamente o protecionismo. No período de 1918 a 1927, para compensar as desvalorizações de sua moeda, a França criou sobretaxas *ad valorem* e, em 1926, os direitos aduaneiros sofreram duas majorações na ordem de 30% cada uma. Além disso, o governo evitava aceitar a cláusula de nação mais favorecida¹³ em seus tratados comerciais com outros países de industrialização mais avançada. Contudo, a partir de 1927, voltava a França a utilizar a cláusula de nação mais favorecida, mas com a Crise de 1929, de acordo com Simonsen (1935, p. 12), “juljou-se no dever imperioso de defender o seu mercado interno por novas medidas de proteção, e, assim, é que lançou mão de contingenciamentos, de sobretaxas, de depreciação de câmbio e de caixas de compensação”.

Fugindo das teorias econômicas que propugnavam o liberalismo, Simonsen (1935) interpretava que a França conseguiu, com a política protecionista adotada, posicionar-se de forma vantajosa no comércio internacional, principalmente por salvar parte da sua agricultura e muitas atividades industriais que se encontravam ameaçadas pela concorrência com outros países.

¹³ A cláusula da nação mais favorecida representava tratados de reciprocidade, contendo condições jurídicas e teoricamente iguais para ambas as partes contratantes. Ou seja, os países com economias mais frágeis estabeleciam relações comerciais com países desenvolvidos sobre determinadas mercadorias, de modo que os primeiros saiam prejudicados, uma vez que abriam mão de proteger sua economia e tentar produzir internamente mercadorias industrializadas. Para Simonsen ([1948], 1951, p. 63), essa cláusula acarretava, “de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa”. No caso da França, o que Simonsen queria chamar a atenção era que, mesmo este sendo um país com industrialização já em curso, não se adotava sempre essa cláusula. Já no Brasil, onde a industrialização ainda mal caminhava, esta era mais frequentemente utilizada.

Em relação à Inglaterra, de acordo com Simonsen (1935, p. 13), houve proteção desde Cromwell, com os Atos de Navegação, em 1651. Além desses Atos, seguiram-se “numerosas leis estabelecendo o monopólio do comércio colonial; proibição e direitos proibitivos sobre importações de produtos manufaturados; privilégios e prêmios para a manufatura inglesa; proibição de importação de máquinas etc”. Essa política protecionista inglesa utilizada foi até 1860, ou seja, por mais de 200 anos permitiu a ela uma posição de superioridade econômica perante o mundo, adotando a cláusula de nação mais favorecida. Posteriormente, a Inglaterra adotaria o liberalismo, tendo como referência os escritos de Adam Smith ([1776] 1983) e, sobretudo, de David Ricardo ([1817] 1988).

A política livre-cambista, entretanto, mostrou à Inglaterra a necessidade de voltar a usar medidas protecionistas em poucos anos, especialmente por conta da maior concorrência com a Alemanha e os Estados Unidos na produção de manufaturados. Com o início da Primeira Guerra Mundial, sua Comissão Econômica recomendou algumas medidas como: proteção às indústrias nacionais contra o *dumping*; manutenção de indústrias básicas (*key industries*); proteção por leis e direitos alfandegários das indústrias necessárias à defesa nacional; e o estabelecimento de um ministério para estudar formas de concessão de auxílio a alguns setores por parte do Estado (SIMONSEN, 1935). Posteriormente, “em 1931, estabeleceu direitos contra as importações anormais e, em maio de 1932, criou uma tarifa geral *ad valorem* de 10%” (SIMONSEN, 1935, p. 15). Em 1933, adotou também uma política protecionista específica para os produtos agrícolas.

Já em relação aos Estados Unidos, Simonsen (1935) observou que, após sua independência, em 1776, houve raras exceções de períodos livre-cambistas neste país, de 1783 a 1789 e de 1833 até 1861, principalmente, por pressões do sul do país. Estas eram influenciadas por Hamilton, considerado precursor de List, no que se refere ao protecionismo¹⁴. Os Estados Unidos assim tiveram logo a percepção de que primeiro seria necessário desenvolver tanto sua agricultura quanto sua indústria, garantindo inicialmente o mercado interno para seus produtos, para posteriormente ampliar sua participação no comércio internacional.

Um outro exemplo do protecionismo norte-americano se deu em 1933, quando o presidente Roosevelt promoveu a política do *New Deal*¹⁵, na tentativa de superar os problemas decorrentes da Crise de 1929. O *New Deal* criou, segundo Simonsen (1935, p. 16), “os grandes códigos norte-americanos de intervenção, em todas as suas modalidades, no comércio, na

¹⁴ List conviveu com Hamilton nos Estados Unidos e essa influência fortaleceu seus argumentos a favor do protecionismo. Ver: List ([1841] 1986).

¹⁵ Sobre o período histórico e a importância do *New Deal*, recomenda-se Hobsbawm (1995).

agricultura e na indústria”, que, juntamente com a depreciação do dólar tinha a finalidade de permitir que as mercadorias norte-americanas concorressem no exterior em paridade com as mercadorias inglesas.

Esses exemplos foram usados por Simonsen para ilustrar políticas que deram certo naqueles países em diferentes períodos históricos e o quão distante o Brasil estava de medidas como essas. Como comparação, no Brasil, entre meados do século XIX (após a sua independência em 1822) e início do século XX (quando houve a transição para o início do processo de sua industrialização), a política mostrava-se muito mais liberal do que protecionista. Em vários governos, quando ocorria, o protecionismo era provisório ou “acidental”.

Poucas medidas protecionistas poderiam ser mencionadas entre o século XIX e o início do século XX no Brasil. Em 1844, o governo imperial colocou em vigor a Tarifa Alves Branco, que sobretaxava produtos importados, especialmente aqueles que já poderiam ser produzidos no país. Em 1889, também houve um certo protecionismo com a inauguração do período Republicano brasileiro, quando o ministro da Fazenda do Governo Provisório Rui Barbosa promoveu uma política econômica conhecida por “encilhamento” que, além de crescimento industrial, caracterizou-se por uma fase de especulação e alta inflação no biênio 1890-91. Rui Barbosa inaugurou a tarifa-ouro, em que parte do imposto sobre importação era paga em ouro, atendendo às necessidades do Erário e, de alguma forma, das indústrias nacionais. Entre 1898 e 1902, no governo de Campos Sales, o ministro da Fazenda Joaquim Murinho, apesar de iniciar uma campanha contra as indústrias nacionais, acusando-as de serem artificiais, segundo Simonsen ([1939] 1973, p. 19), “foi, porém, forçado a aumentar consideravelmente muitas taxas e a adotar em larga escala a quota-ouro”, situação que acabou promovendo algum protecionismo para as indústrias¹⁶.

Em 1939, Simonsen também reafirmaria a necessidade de haver um desenvolvimento industrial juntamente com o crescimento da agricultura no país. De um lado, a agricultura seria imprescindível para o fornecimento de alimentos e matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento industrial. E, de outro, o crescimento da agricultura também estaria vinculado ao desenvolvimento industrial, porque “o progresso da agricultura [iria], por seu turno, e cada vez

¹⁶ Simonsen ([1939] 1973) chegou também a citar que no primeiro governo de Getúlio Vargas chegou a haver proteção ao setor industrial, mas disse que esta não teve tanta efetividade. Ele mencionou a Reforma de Oswaldo Aranha, de 1934, por meio da qual a tarifa-ouro foi definitivamente extinta e substituída por impostos específicos e não *ad valorem*. Isso significou que as mercadorias importadas pelo país passariam a ter uma tributação fixa sobre o seu valor em moeda nacional. À medida que havia desvalorização da moeda nacional, essas tarifas diminuía na mesma proporção, reduzindo-se assim gradativamente a proteção do setor nacional industrial contra as mercadorias importadas.

mais, depender do aumento das indústrias, pelo crescimento do consumo das matérias-primas oriundas da terra” (SIMONSEN, [1939] 1973, p. 48).

Argumentações desse tipo também seriam reafirmadas na participação que Simonsen teve no I Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943¹⁷. Após esse Congresso, ele organizou e participou da I Conferência Nacional da Indústria, em 1944, e, em 1945, esteve na I Conferência das Classes Produtoras, defendendo as mesmas ideias.

No I Congresso Brasileiro de Economia, Simonsen (1943) explicitou em seu discurso a evolução econômica pela qual passava o Brasil naquele período da Segunda Guerra Mundial e a urgência da elevação da renda nacional para propiciar melhores condições de vida ao povo brasileiro¹⁸. Novamente, ele ressaltaria que a grande preocupação do governo nacional deveria ser a adoção de uma política industrial.

Em 1944, na I Conferência Nacional da Indústria, ele discutiria a necessidade de participação do Estado na economia, além do reaparelhamento industrial e do barateamento dos custos de produção.

Em 16 de agosto de 1944, Simonsen enviaria à Comissão Nacional de Planejamento Industrial e Comercial seu parecer intitulado “A Planificação da Economia Brasileira”, cujo objetivo foi o de propor uma política econômica a ser seguida pelo Brasil no pós-guerra. Inicialmente, Simonsen evidenciara novamente a necessidade de o Brasil se industrializar, utilizando o trabalho do perito dos Estados Unidos, Lee Hagar, para elucidar as vantagens da indústria sobre a agricultura. Nesse trabalho, Hagar discorreria sobre os rendimentos individuais médios das pessoas que viviam em países industrializados, como os Estados Unidos, e em países de “economia vegetal”, como a Índia e a China, chegando às seguintes conclusões:

Conforme se deduz do exame de rendimentos individuais de vários países, o americano médio possui recursos para consumir duas vezes mais produtos básicos que um francês ou alemão, quatro vezes mais que um russo, seis vezes mais que um japonês e dezoito vezes mais que um chinês ou um nativo da Índia. Qualquer país com disponibilidades ilimitadas de energia, abundância de alimentos e fartos recursos em metais pode edificar uma economia muitíssimo superior, sob o aspecto material, à economia de civilizações “vegetais, tais como as da Índia e da China, dependentes como ainda são, de energia animal. Como resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de

¹⁷ Ver: Anais... (1943; 1944; 1946).

¹⁸ Simonsen ainda ressaltou a relevância do I Congresso Brasileiro de Economia para o recém-criado Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Ele foi presidente da Comissão Técnica denominada Produção Agrícola e Industrial.

domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais” (SIMONSEN, [1944] 1977, p. 24).

Simonsen ([1944] 1977) embasaria suas propostas também em outro estudo elaborado pela Comissão de Fomento Interamericano, que explicitou o “enriquecimento ilusório” de várias Repúblicas da América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o aumento do preço dos produtos primários exportados foi o principal causador do superávit das balanças comerciais desses países e não seu desenvolvimento industrial. Com o findar da guerra, haveria o reajustamento desses preços para baixo e, conseqüentemente, uma mudança nos resultados dessas balanças comerciais. Por isso era imprescindível que o governo adotasse planejamento e política protecionista para seu “reequipamento” após a Segunda Guerra Mundial.

Outro trabalho bastante utilizado por Simonsen em 1944 foi o efetuado pela Missão Cooke, que esteve no Brasil no segundo semestre de 1942, e, que, nesse contexto de guerra, preconizou uma política industrial para que, se a guerra continuasse durante muito tempo, o país tivesse condições de ajudar os Aliados (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, entre outros) de maneira mais intensa nos esforços de guerra. A Missão fez um diagnóstico dos problemas brasileiros e indicou os pontos fracos a serem imediatamente sanados para que o país pudesse avançar na sua industrialização:

1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra (SIMONSEN, [1944] 1977, p. 26).

Apesar de Simonsen ([1944] 1977) reconhecer que nos últimos cinco anos¹⁹ teria ocorrido um crescimento industrial na economia brasileira, a renda nacional continuava muito baixa e precisava ser aumentada. Utilizando-se de dados elaborados pelo Ministério do Trabalho, afirmava ser a renda brasileira de 40 bilhões de cruzeiros e que esta renda deveria ser elevada para 160 bilhões, com o objetivo de fomentar o mercado interno e conter as possibilidades de intranquilidades sociais devido ao baixo poder de compra da população brasileira.

¹⁹ É importante ressaltar que o relatório de Roberto Simonsen, entregue para análise do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), é de 1944. Portanto, os últimos cinco anos a que se refere o autor diziam respeito a 1939-1944.

A importância da industrialização brasileira foi novamente abordada por Simonsen (1945) sob 5 aspectos: i) reerguimento econômico nacional com o objetivo de elevar o padrão de vida da população; ii) exame das novas atividades criadas durante a Segunda Guerra Mundial; iii) amparo às indústrias criadas no contexto da guerra; iv) estudo sistemático do custo de produção da indústria brasileira, em comparação com a dos países industrializados e; v) necessidade de fixação de normas permanentes de política industrial.

Em 1945, na I Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis (RJ), praticamente todas as recomendações da FIESP, entidade que Simonsen ajudou a criar e presidiu entre 1937 e 1945, foram aprovadas²⁰. Essas sugestões seguiram as acatadas no I Congresso Brasileiro de Economia e na I Conferência Nacional da Indústria, basicamente os cinco pontos já citados.

1.2. A interpretação de Prebisch/Cepal

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e em 1949, um ano após a morte de Simonsen, surgiram as teses iniciais da Cepal, instituição sediada no Chile, comandada inicialmente por Miguel Cabañas e, em seguida, pelo argentino Raúl Prebisch. Este primeiramente foi consultor contratado pela Comissão e, posteriormente, em 1950, tornou-se seu secretário-executivo até 1963, quando deixaria a Cepal para trabalhar na UNCTAD.

As teses da Cepal difundiram-se pela América Latina, incluindo o Brasil²¹. Uma das principais defesas de Prebisch ([1949] 2000) foi a industrialização voltada ao mercado interno, o que receberia a denominação desenvolvimento *hacia adentro*. A industrialização por substituição de importações (em vigor na região pelo menos desde os anos 1930) era um caminho possível para a superação do subdesenvolvimento porque se entendia que esse modelo provocaria o fortalecimento de um setor industrial nacional, a partir da coordenação e de investimentos feitos pelo setor privado e pelo Estado. Com isso, esses países abandonariam as características de serem principalmente economias primário-exportadoras, ou seja, com um desenvolvimento *hacia afuera*, e deixariam de sofrer com a deterioração dos termos de troca de seus produtos primários com os produtos industrializados no comércio internacional com os países do centro.

²⁰ Ver: Ferraz (1945).

²¹ A influência da Cepal se tornou tão expressiva a ponto de o diagnóstico e as recomendações da Comissão se irradiarem pelos governos da América Latina, ainda que com efeitos distintos. Na América Central e em Cuba suas ideias podiam reduzir a influência dos Estados Unidos sobre a região e por isso eram recebidas com excitação. No México, Prebisch era admirado, porém não convencia a todos. Já em outros países, como o Peru e a Colômbia, era ignorada a existência da Cepal nessa primeira fase. O Brasil e o Chile foram, contudo, os países onde as ideias da Cepal mais produziram efeitos (FURTADO, 1985).

Desenvolver-se “para dentro”, na visão de Prebisch, não era uma escolha, mas a única alternativa existente naquele período histórico:

Em épocas passadas, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram ao serem impulsionados, de fora para dentro, pelo crescimento persistente das exportações. Nada nos autoriza a supor, pelo menos por enquanto, que esse fenômeno venha a se repetir com intensidade análoga, a não ser em casos muito particulares. Já não existe a alternativa entre continuar crescendo dessa maneira, vigorosamente, ou crescer para dentro, através da industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescimento (PREBISCH, [1949] 2000, p.78).

A substituição de importações era entendida como tendo quatro características importantes para o desenvolvimento: 1) ajudaria a corrigir uma tendência à restrição externa, uma vez que os países subdesenvolvidos latino-americanos em geral lidavam com uma baixa elasticidade de demanda por produtos primários importados pelo centro e ao mesmo tempo havia uma alta elasticidade de demanda da periferia por produtos manufaturados do centro; 2) a substituição com proteção seria uma força que bloquearia a tendência à deterioração dos termos de troca, porque não se desviaria recursos que seriam para a industrialização para então serem usados em atividades de exportação de bens primários; 3) a industrialização ajudaria a modificar a estrutura produtiva; e 4) a industrialização e o aumento da produtividade da produção primária seriam fenômenos complementares. Quanto maior fosse a produtividade da produção agrícola, maior seria a necessidade de um país industrializar-se (PREBISCH, [1949] 2000).

Na visão de Prebisch ([1949] 2000), a industrialização latino-americana não era incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária – muito pelo contrário, pois a produção primária exportada também permitiria o financiamento da importação de bens de capital necessários ao processo de industrialização. Explicitava que desenvolver “para dentro”, por meio da industrialização, ajudaria a romper com o subdesenvolvimento. Mas isso não significava o país se fechar, sem comércio exterior, mas colher benefícios desse comércio.

Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico²² (PREBISCH, 1949 [2000], p. 73).

²² Neste sentido, cabe a ressalva de que é necessário diminuir “o coeficiente de importações, reduzindo ou eliminando os artigos não essenciais, para dar lugar importações maiores de bens de capital. Seja como for, a necessidade de

Hirschman (1967) entendeu que a Cepal apresentava com essas ideias uma resposta à questão do “atraso” latino-americano, mostrando que ele se devia ao sistema de comércio internacional e às doutrinas de livre comércio. Assim, a solução para sair dessa situação seria corrigir os problemas do comércio internacional por meio de intervenção deliberada. Na prática, isso se traduziria na promoção da industrialização com protecionismo²³. Para tanto, seria necessário o planejamento, tema que entrou mais detidamente na agenda da Cepal em 1955²⁴.

Prebisch considerava o planejamento estatal como algo compatível com o interesse do setor privado e do mercado em geral e justificaria anos depois o porquê da sua defesa do planejamento da seguinte forma:

Los cambios estructurales inherentes a la industrialización requieren racionalidad y visión en la política gubernamental e inversiones en infraestructura para acelerar el crecimiento económico, obtener una relación adecuada entre la industria y la agricultura y otras actividades, y reducir la vulnerabilidad externa de la economía. Por lo tanto, había fuertes razones en favor de la planeación. También era importante la necesidad de intensificar la tasa de acumulación interna de capital mediante incentivos apropiados y otras medidas de política económica (PREBISCH, 1987, p. 347).

Prebisch partia da ideia de que para haver industrialização era preciso resolver o problema da formação de capital na América Latina. Basicamente, havia um problema de escassez de investimentos em bens de capital na região que pudesse fomentar a industrialização. Esta “não [constituía] um fim em si, mas [era] o único meio de que estes [países dispunham] para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (PREBISCH, [1949] 2000, p. 72). Como ele destacara:

Se, através do progresso técnico, conseguirmos aumentar a eficácia produtiva, por um lado, e se a industrialização e uma legislação social adequada forem elevando o nível do salário real, por outro, será possível irmos corrigindo gradativamente o

modificar a composição das importações parece indispensável para dar prosseguimento à industrialização” (PREBISCH, [1949] 2000, p.119).

²³ O protecionismo em si para o setor industrial foi defendido por Prebisch/Cepal desde os textos iniciais, mas este ficaria mais evidente nos anos 1960. Ao constatar os rumos equivocados de alguns processos de industrialização em países latino-americanos Prebisch (1963) tratou do problema de insuficiência dinâmica e tornou-se mais convencido de que o desenvolvimento dessa região não ocorreria de maneira espontânea, devendo ser uma política deliberada do Estado promover a industrialização. Ele mostrou esse seu ponto de vista sinteticamente ao escrever também o prefácio da obra de Rodríguez (1981). Ver: Prebisch (1950 [1982]) e Couto (2007).

²⁴ Ver: Cepal ([1955] 2000).

desequilíbrio da renda entre os centros e a periferia, sem prejuízo dessa atividade econômica essencial (PREBISCH, [1949] 2000, p. 78).

Para o processo de industrialização latino-americano ele inclusive defendia uma ajuda “transitória” do capital estrangeiro. Este poderia inicialmente atuar em setores que reduzissem a necessidade de importação da região, mas depois cada país deveria ter meios de controlar esse capital²⁵.

2. A deterioração dos termos de troca

2.1. A interpretação de Simonsen

Simonsen já sinalizava na década de 1920 para a tendência à deterioração dos termos de troca, que prejudicava significativamente o Brasil, país que estava focado em exportação de produtos agrícolas, e beneficiava os países industrializados. Por isso ele acusava que

os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtos estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de Guerra (SIMONSEN, [1928] 1973, p. 55).

Simonsen avançou nesta análise em 1943, ao ressaltar que se manter enquanto produtor e exportador de “produtos coloniais” caracterizaria uma posição frágil do Brasil no comércio internacional, uma vez que a demanda para essas mercadorias seria inelástica e os seus preços sujeitos a oscilações. Além disso, esse tipo de intercâmbio favoreceria os países desenvolvidos, produtores e exportadores de bens industrializados, altamente rentáveis.

Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados “produtos coloniais”, promove-se de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado (SIMONSEN, [1943] 1973, p. 290).

Anos depois, concluiria que essa relação fazia com que os países industrializados possuíssem altos níveis de renda, e os agrícolas, como o Brasil, um baixo nível. Além disso,

²⁵ Ver: Prebisch (1970) e Gurrieri (1982).

verificava-se que era “elevada a participação dos primeiros no comércio mundial, enquanto os segundos, que, paradoxalmente, [viviam] à base de seu comércio exterior, [exerciam] pequeno papel no intercâmbio internacional” (SIMONSEN, [1948] 1951, p. 63).

Como forma de explicitar essa inferioridade dos países agrário-exportadores em relação aos países industrializados no comércio internacional, Simonsen chegou a defini-la como uma “situação desvantajosa nos termos de troca”:

a situação do intercâmbio dos países exportadores de manufaturas e países exportadores de produtos primários impõe a estes uma **situação desvantajosa nos termos de troca**. Os produtos primários, de uma maneira geral, são inelásticos e, inversamente, os produtos manufaturados têm uma alta elasticidade. A evolução dos preços de uns e outros produtos mostra disparidades. As flutuações dos níveis de preços atingem mais duramente os produtos primários do que os manufaturados, depreciando os termos de troca dos países exportadores dos primeiros [produtos primários]. Por outro lado, os preços dos produtos primários, via de regra, não são influenciados pelos países produtores, mas são ditados pelos próprios países manufatureiros (SIMONSEN [1948] 1951, p. 63, grifos nossos).

Observa-se que Simonsen, neste trecho, além de citar novamente a diferença na questão da demanda inelástica por produtos agrícolas frente à demanda elástica de produtos manufaturados – o que estava presente na argumentação da Lei de Engel²⁶ –, também destacava a dominação dos países industrializados sobre os demais, uma vez que estes ditavam os preços dos produtos primários comprados dos países não industrializados.

2.2. A interpretação de Prebisch/Cepal

A análise de Prebisch/Cepal sobre a deterioração dos termos de troca para América Latina foi publicada em 1949 no texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”²⁷.

Prebisch ([1949] 2000) partiu da análise dos ciclos econômicos e entendeu que havia uma permanência da deterioração dos termos de troca para a periferia latino-americana como um todo ao longo dos anos. Em dados históricos do comércio internacional, isso significava uma perda na relação internacional pelo lado da periferia e um constante ganho por parte dos países centrais. De

²⁶ A Lei de Engel estabelece que à medida que o indivíduo melhora de padrão de vida, isto é, sua renda real, reduz-se a cota-parte de sua despesa destinada à alimentação, com isso, ele passa a gastar uma maior proporção de sua renda com outros produtos que não os agrícolas, ou seja, com os industrializados.

²⁷ Sobre características e alguns efeitos do comércio internacional, Prebisch chegou a escrever alguns textos entre os anos 1920 e 1930, que antecipavam ideias que apareceriam em 1949. Estes primeiros escritos eram restritos à Argentina, sem ainda uma constatação mais robusta e sistematizada dos efeitos da deterioração dos termos de troca (O’CONNELL, 2001).

1870 até a Segunda Guerra Mundial, a tendência da relação de preços no comércio internacional se moveu de forma contrária aos interesses da periferia. Isso ocorria porque na hora em que o país central incorporava progresso técnico, no momento de expansão do ciclo econômico, ele subia o preço da mercadoria na qual foi incorporado o progresso técnico e não o reduzia, mesmo que isso tivesse resultado em um aumento de sua produtividade e em redução de custos. Na prática, aliás, na fase ascendente do ciclo, subia-se o preço porque o empresário, dono do progresso técnico, queria lucros sempre de maneira ampliada.

Prebisch ([1949] 2000) identificou que havia, portanto, um aumento da renda (lucros e salários) nos países centrais na fase ascendente dos ciclos e que também não havia uma redução significativa dessa renda na fase descendente. Na fase descendente, constatou que a periferia, inclusive, perdia ainda mais. Nos países centrais, havia uma resistência dos trabalhadores às reduções salariais e essa pressão sobre os lucros dos empresários era deslocada para a periferia.

Ele concluiu que os países subdesenvolvidos, por meio das relações de troca com os países centrais, pagaram pelos produtos industrializados muito mais do que receberam por seus produtos primários, de forma que sustentaram padrões de vida crescentes no centro. Entre 1946 e 1947, por exemplo, só era possível comprar 68,7% de mercadorias industrializadas em relação a mesma quantidade que era adquirida com produtos primários nos anos 1876 e 1880. Portanto, tratava-se de permanente aprofundamento da deterioração dos termos de troca para a periferia no comércio internacional²⁸.

Dessa forma, Prebisch ([1949] 2000) mostrou que os países de produção primária não conseguiam ou tiravam muito pouco benefício do progresso técnico dos países centrais. Portanto, na defesa do livre comércio, existia uma falha da economia de influência neoclássica, que era dar um caráter geral a algo que era circunscrito. Isto é, esta teoria entendia que o progresso técnico, mesmo que ficasse concentrado em alguns países, teria seus frutos distribuídos equitativamente por todo o globo. Era como se este fosse um bem público.

A ideia por trás dessa concepção a qual Prebisch ([1949] 2000) criticava era a de que quando aumentasse o progresso técnico nos centrais, em razão da indústria que possuíam, esses países comprariam mais matérias-primas dos países periféricos. Ao comprar mais matérias-primas,

²⁸ Deve-se evidenciar que Prebisch não foi o único a perceber esse processo. Hans Singer, economista da ONU, sediado em Nova York, chegou a conclusões semelhantes quase à mesma época. Por conta dessa constatação de ambos os autores, os efeitos distintos do comércio internacional ficaram conhecidos como a tese “Prebisch-Singer”. Destaca-se que Dosman (2011), na sua biografia sobre Prebisch, afirmou que Singer enviou o seu trabalho para Prebisch, e, este, após lê-lo, viu similitudes com o que já vinha pesquisando e escrevendo, e sentiu-se mais confiante no que apresentaria na Conferência de Havana, onde apresentaria o texto “A América Latina e alguns de seus problemas principais”, em 1949. Ver também Singer (1950).

aumentariam a demanda por bens primários e isso refletiria em subida dos preços dos primários, uma vez que há uma demora entre a demanda e a produção de itens que dependem de um ciclo agrícola para produção e colheita. Em outras palavras, haveria mais demanda em relação a uma oferta inelástica, logo, os preços dos primários cresceriam. Neste sentido, os periféricos, apesar de não desenvolverem a tecnologia, teriam acesso aos frutos também do aumento do progresso técnico ocorrido nos centrais pelos preços mais favoráveis dos seus produtos no comércio internacional. Além desta concepção, a teoria neoclássica entendia que os bens industriais que recebiam mais tecnologia e que eram do interesse dos países periféricos teriam seus preços reduzidos porque o progresso técnico seria responsável por reduzir o custo de produção para o capitalista e este o repassaria para os preços.

Considerações Finais

A análise comparativa entre as contribuições de Simonsen e as teses iniciais de Prebisch/Cepal mostrou que houve uma grande similaridade entre a interpretação de Simonsen e suas propostas de industrialização no Brasil com as de Prebisch/Cepal relativas à industrialização da América Latina. Ambas trataram da importância deste setor e de como uma política protecionista do Estado teria papel fundamental para o seu planejamento e avanço. Também foi possível observar que tanto Simonsen quanto Prebisch/Cepal identificaram os prejuízos para países agrícolas nos termos de troca no comércio internacional com os países industrializados.

Simonsen ainda no ano de 1928 defendia a industrialização brasileira e um regime protecionista como meio para se atingir tal fim. Em relação à desigualdade no comércio internacional, Simonsen tratou deste problema no Brasil no I Congresso de Economia, realizado em 1943. Em 1948, Simonsen chegou a citar a desvantagem “nos termos de troca” dos países exportadores de produtos primários frente aos países industrializados e exportadores de bens manufaturados.

A recuperação dessas interpretações mostrou como as teses de Simonsen, embora menos famosas, foram pioneiras no Brasil. Simonsen foi a principal voz dentro do país que ecoava boa parte do que então posteriormente à sua morte seria conhecido somente como parte importante das contribuições da Cepal.

As ideias de Simonsen preconizavam uma industrialização nacional e estavam baseadas no argumento de que esta resolveria os problemas do subdesenvolvimento brasileiro. No período em que escrevera, ainda era muito recente o processo de industrialização no Brasil, e o debate restrito a

uma assimilação direta entre industrialização e desenvolvimento, tendo muitas vezes como base a história dos países desenvolvidos.

Simonsen cometeu equívocos, não identificando, por exemplo, a impossibilidade de um país como o Brasil repetir trajetórias de outras nações, dada a sua formação social e econômica distinta. Também lhe faltaram questionamentos sobre os limites de um processo de industrialização para o desenvolvimento de países atrasados, não só por determinantes internos, como também por determinantes externos, como os bloqueios do imperialismo a esse processo.

Certamente, ele não viveu o suficiente para observar os desdobramentos da industrialização no Brasil e observar possíveis distanciamentos que este processo teve de um projeto nacional de fato, que englobasse a sociedade como um todo para uma “marcha civilizatória”. No Brasil, apesar de ter ocorrido uma industrialização, não houve o desenvolvimento.

Longe de se focar sobre erros e acertos de Simonsen, o artigo discutiu a precoce contribuição deste autor no Brasil, entre a década de 1920 e o ano de 1948. Tratou-se de uma importante contribuição para o debate sobre um projeto de industrialização do país, sobre a defesa da participação do Estado na economia brasileira em prol deste direcionamento e sobre os problemas das relações desiguais no comércio internacional.

As discussões feitas por Simonsen no Brasil antecederam a chegada das principais teses de Prebisch/Cepal no país. Deve-se destacar que Simonsen reconhecia a influência de outros autores, como Manoilescu e List. O contato com essas obras podem o ter conduzido a pontos de reflexão em comum com Prebisch/Cepal²⁹.

²⁹ Simonsen ficou bastante empolgado quando teve contato com o livro de Manoilescu, tanto é que em 1931 mandou seu livro ser traduzido e publicado pela FIESP. Já a influência de Manoilescu sobre Prebisch/Cepal pode ser entendida pelas palavras de Furtado apud Vieira (2004, p. 30): “Li esse livro com curiosidade. Aliás, Prebisch fora influenciado por ele. A obra de Manoilescu tem coisas muito positivas. Mas o que ficou foi o corporativismo, que tem aspectos muito negativos. Como as duas vertentes do pensamento dele não foram separadas, sua influência tendeu a diminuir”.

Referências bibliográficas

- ANAIIS do I Congresso Brasileiro de Economia. Volume 1, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1943.
- ANAIIS do I Congresso Brasileiro de Economia. Volume 2, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1944.
- ANAIIS do I Congresso Brasileiro de Economia. Volume 3, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1946.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CEPAL (1951). Estudo Econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.
- _____ (1955). Introdução à técnica de planejamento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.
- COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr., 2007.
- DOSMAN, E. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FERRAZ, Mariano. A FIESP e a Conferência das Classes Produtoras. *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Maio de 1945, Nº 6, p.13-15.
- FURTADO, C. *A Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Entrevista*. Realizada por Rosa Maria Vieira. Rio de Janeiro: Revista História Oral, UFRJ, nº 7, 2004, pp. 21-40.
- GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- HIRSCHMAN, A. Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN A. (Org.) *Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIST, F. (1841) *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LOVE, J. L. Las fuentes del estructuralismo latino-americano. *Desarrollo Económico*, Vol. 36, No. 141 (Apr. - Jun., 1996), p. 391-402.

MANOILESCU, M. *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

O'CONNELL. O retorno da vulnerabilidade e as reflexões iniciais de Raúl Prebisch sobre “el ciclo económico argentino”. *Economia e Sociedade*. Campinas, (16): 1-26, jun 2001.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.

_____. (1950) Crecimiento, desequilibrio y disparidades: Interpretación del proceso de desarrollo económico. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

_____. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____. Change and development: Latin America's great task. Relatório de Raúl Prebisch na Unctad, 1970. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31061/S33898P922TDG.pdf?sequence=1>>. Acesso em outubro de 2018

_____. Prefácio. In: RODRÍGUEZ, O. *A teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. *Comercio Exterior*, vol. 37, n. 5, México, maio/1987, 345-352 pp.

RICARDO, D. (1817) *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

RODRIGUES, C. H. L. *A questão do proteccionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2005.

_____. Roberto Simonsen e Eugênio Gudin: origem de um debate ainda não superado na economia brasileira. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, p. 129-154, jul.-dez., 2018.

RODRÍGUEZ, O. *A teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SIMONSEN, Roberto. (1928) Orientação industrial brasileira. In: _____. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. Aspectos da política econômica nacional. In: *Discursos pronunciados na Câmara Federal dos Deputados*, 11 de Setembro de 1935.

_____. (1939) Evolução industrial do Brasil. In: _____. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.

_____. (1943) Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período do pós-guerra. In: _____. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. (1944) A planificação da economia brasileira. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

_____. Congresso brasileiro da indústria. *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2, p.12-13.

_____. (1948) “Memorandum”. In: *Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos anos de 1947, 1948 e 1949*. Rio de Janeiro, 1951.

SINGER, H. The distribution of gains between investing and Borrowing countries. *America Economic Review*, maio, 1950, p. 472-499.

SMITH, A. (1776) *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, SP: Abril, 1983.